

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

Aos 29 dias do mês de setembro de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

PARTE I - 9H30

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão
4. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 851/XIV/2.ª (Ninsc CR) - [Procede à implementação do modelo da igualdade e reforça a proteção das pessoas na prostituição;](#)

Reladoras: Deputadas Elza Pais e Joana Sá Pereira (PS)

Projeto de Lei n.º 885/XIV/2.ª (PSD) - [Revogação da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, relativa ao regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença covid-19;](#)

Relatora: Deputada Isabel Rodrigues (PS)

Projeto de Lei n.º 886/XIV/2.ª (CDS-PP) - [Cessação de vigência do regime excecional de medidas de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, constante da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril;](#)

Relatora: Deputada Isabel Rodrigues (PS)

Projeto de Lei n.º 906/XIV/2.ª (Ninsc CR) - [Garante o cumprimento da Convenção de Istambul reforçando a proteção das vítimas em caso de assédio sexual;](#)

Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD)

5. Discussão e votação na especialidade do **Projeto de Lei n.º 706/XIV/2.ª (PS) [Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado;](#)**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

6. Discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do **Projeto de Resolução n.º 1439/XIV/2.ª (Ninsc JKM)** - [Recomenda ao Governo a implementação de políticas públicas para um combate eficaz aos crimes de ódio em Portugal](#);
7. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do **Projeto de Voto n.º 657/XIV/2.ª (PS)** - [De Saudação ao Dia Internacional da Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição](#);
8. Apresentação dos relatórios das seguintes visitas de trabalho:
 - Delegação da Subcomissão uma delegação da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação à Casa de acolhimento especializado da Cruz Vermelha Portuguesa – Penha de França, realizada a 11 de maio de 2021;
 - Delegação da Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais ao Estabelecimento Prisional de Leiria, realizada a 25 de maio de 2021;
9. Distribuição e admissão de petições, designadamente:
 - [Petição n.º 271/XIV/2.ª](#) - Pela criação de uma comissão de inquérito à atuação do juiz de Vila Real;
 - [Petição n.º 272/XIV/2.ª](#) - Contra as medidas restritivas impostas na pandemia;
 - [Petição n.º 273/XIV/2.ª](#) - Pela suspensão do Despacho n.º 7247/2019, que estabelece as medidas que as escolas devem adotar no âmbito do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa;
 - [Petição n.º 275/XIV/2.ª](#) - Contra a obrigatoriedade de constituir advogado para apresentação duma reclamação judicial;
 - [Petição n.º 277/XIV/2.ª](#) - Contra a imposição do uso de máscaras no contexto da pandemia da Covid-19;
 - [Petição n.º 278/XIV/2.ª](#) - Pela instauração de uma comissão de inquérito aos meios utilizados na proteção do Presidente do Sport Lisboa e Benfica;
 - [Petição n.º 284/XIV/2.ª](#) - Pelo envio da lei de Reforma das Forças Armadas ao Tribunal Constitucional;
 - [Petição n.º 290/XIV/2.ª](#) – Solicita a transposição integral da Diretiva 2017/853, de 17 de maio de 2017, relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

[Petição n.º 292/XIV/2.ª](#) - Solicita a anulação da condenação num processo judicial;

10. Apreciação e votação das atas n.ºs 75 a 87/XIV/2.ª (correspondentes às reuniões do mês de julho de 2021);
11. Outros assuntos.

PARTE II - 11H15

Audição do Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny, Membro Nacional na Eurojust, para apresentação do relatório anual de atividades do Gabinete de Portugal na Eurojust relativo ao ano de 2020. [por videoconferência]

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	CONSULTAS A PROMOVER
PJL 929/XIV/2.ª (PAN)	Assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência dispõem de uma estrutura orgânica estável e capaz de dar resposta às especificidades e aos desafios que se lhes coloca, procedendo à alteração da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, e do Estatuto da Entidade para a Transparência	14-09-2021	14-09-2021	CACDLG não objeta ao pedido de redistribuição a formular pela 14.ª Comissão (Sustida a nomeação de relator até despacho do PAR)	OA, CSM, CSMP e TC (sustidos os pedidos de parecer até despacho do PAR)
PJL 946 XIV 3.ª (Nisc CR)	Altera a Lei n.º 46/2005 de 29 de agosto e estende a limitação de três mandatos consecutivos ao exercício do cargo de Primeiro-Ministro e Presidente do Governo Regional [Comissão competente 14.ª – em conexão 1.ª]	21-09-2021	21-09-2021	Deliberado solicitar inversão da distribuição ao PAR; Aguardar para nomear Relator	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

PJL 943 XIV 3.ª (PAN)	Promove a dádiva de sangue e proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09- 2021	
PJL 945 XIV 3.ª (BE)	Proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09- 2021	
PJL 947 XIV 3.ª (Ninsc CR)	Altera a Lei n.º 37/2012, de 27 de agosto, impedindo a discriminação na dádiva de sangue em razão da orientação sexual [Conexão com a 9.ª Comissão]	21-09-2021	21-09-2021	Discussão em Plenário agendada para 30-09- 2021	
Projeto de Lei n.º 953/XIV (Ninsc JKM)	Pelo alargamento do prazo legal de acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) e pelo fim do período de reflexão [Conexão com a 9.ª Comissão]	28-09-2021	28-09-2021	Dep. Elza Pais	OA, CSM, CSMP
Projeto de Lei 954/XIV (Ninsc CR)	Altera a Lei nº 16/2007, de 17 de abril que consagra o direito da mulher à interrupção voluntária da gravidez, aumentando para 16 semanas o prazo legal para a realização de IVG [Conexão com a 9.ª Comissão]	28-09-2021	28-09-2021	Dep. Elza Pais	OA, CSM, CSMP

Foi ainda dado conhecimento da baixa para discussão e votação na especialidade do PJL 516/XIV/2.ª (PSD), em 20-09-2021 - [Transfere a sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro \(Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional\), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

[Orgânica n.º2/2005, de 10 de janeiro \(Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos\)](#) – em conexão com a 13.ª Comissão.

Em seguida, foi distribuída a seguinte iniciativa europeia:

15-09-2021	COM(2021)429 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso das autoridades competentes aos registos centralizados de contas bancárias através do ponto de acesso único Obs: CACDLG (1.ª) e COF (5.ª)	Deputada Márcia Passos - PSD	29-09-2021 <u>Nota técnica solicitada até 1.10.2021</u>	22.10.2021	Data proposta pela CAE: <u>01.10.2021</u> (alterada para: <u>06.10.2021</u>)	Agendado para 6-10-2021
------------	---	------------------------------	--	------------	---	--------------------------------

Passou-se ao ponto seguinte, com o anúncio da baixa à Comissão do Projeto de Voto n.º 664/XIV/2.ª (Ninsc. JKM) - [De saudação – Dia Internacional dos Afrodescendentes](#), tendo o Senhor Presidente informado que a sua discussão seria agendada para reunião seguinte.

No quarto ponto, procedeu-se à apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 851/XIV/2.ª (Ninsc CR) - [Procede à implementação do modelo da igualdade e reforça a proteção das pessoas na prostituição](#), tendo o respetivo parecer sido apresentado pelas Relatorias, Deputadas Elza Pais e Joana Sá Pereira (PS) e debatido com a participação da Senhora Deputada Lina Lopes (PSD), após o que as

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do DURP do CH;

- Projetos de Lei n.ºs 885/XIV/2.ª (PSD) - [Revogação da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, relativa ao regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença covid-19](#) e 886/XIV/2.ª (CDS-PP) - [Cessação de vigência do regime excecional de medidas de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, constante da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril](#), tendo o respetivo parecer único sido apresentado pela Relatora, Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS), a que se seguiu um debate com intervenções das Senhoras e Senhores Deputados Mónica Quintela (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE) e a Relatora, após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do CH;

- Projeto de Lei n.º 906/XIV/2.ª (Ninsc CR) - [Garante o cumprimento da Convenção de Istambul reforçando a proteção das vítimas em caso de assédio sexual](#), tendo o respetivo parecer sido apresentado pela Relatora, Deputada Emília Cerqueira (PSD), a que se seguiu a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do CH.

Não tendo sido possível concluir os pontos 5 a 10 da ordem de trabalhos, atenta a necessidade de dar início à audição agendada para as 11h15, o Senhor Presidente deu conta, no ponto reservado a outros assuntos, do seguinte:

- sobre audições a realizar:

- A) Sugeriu que, na audição da Inspetora-Geral da Administração Interna sobre o relatório da IGAI relativo às celebrações do Sporting no campeonato de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

futebol (requerida pelo CDS-PP e que aguarda a indicação de datas e o envio do relatório em versão não rasurada) seja aditado um ponto suplementar sobre atuações discriminatórias por parte das forças e serviços de segurança no exercício das funções (a requerimento da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira), realizando-se uma audição com grelhas distintas para cada um dos pontos, sugestão que não mereceu oposição;

- B) Sugeriu que na audição da Amnistia Internacional e da Human Rights Watch, sobre partilha de dados pessoais de manifestantes pela Câmara Municipal de Lisboa a autoridades estrangeiras, a realizar conjuntamente com a CNECP (2.ª Comissão), seja incluída a audição da Senhora Ksenia Ashrafullina (a requerimento do CDS-PP), numa audição única das três entidades, sugestão que também não mereceu oposição;

A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) recordou que se encontrava também por realizar a audição da Plataforma Sindical formada pela Associação Sindical dos Conservadores de Registo (ASCR), pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado (STRN) e pelo Sindicato Nacional dos Registos (SNR), para expor os problemas que afetam o sector dos registos e notariado, tendo o Senhor Presidente anunciado que seria agendada oportunamente.

- Sobre a necessidade de preparar a discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 104/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - *Procede à reformulação das forças e serviços de segurança que exercem atividade de segurança interna, no quadro da reafetação de competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* [baixou a 09.07.2021], sugeriu a criação de um grupo de trabalho, designadamente para:

- A) Realizar a audiência solicitada, pelo SIFF-SEF - Sindicato dos Inspetores de Investigação, Fiscalização e Fronteiras no âmbito desta Proposta de Lei (pedido de audiência recebido em 14.09.2021);
- B) Apreciar, sobre a mesma matéria, iniciativa que baixou para nova apreciação na generalidade (em 09.07.2021, por 60 dias): o Projeto de Lei n.º 908/XIV/2.ª (PSD) - [Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

[252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.](#)

Propôs que a coordenação do grupo de trabalho fosse cometida ao Grupo Parlamentar do PS, uma vez que se tratava da apreciação de uma iniciativa do Governo, sendo por isso pertinente que a celeridade na sua apreciação fosse ao encontro dos objetivos políticos do proponente.

Havendo consenso, foi assim constituído o grupo de trabalho:

Grupo de Trabalho

- Deputado José Magalhães (PS) (Coordenador);
- Deputado André Coelho Lima (PSD)
- Deputada Beatriz Gomes Dias (BE);
- Deputado António Filipe (PCP)
- Deputado Telmo Correia (CDS-PP)
- (PAN) – aguarda indicação;
- (DURP do CH) - aguarda indicação;
- Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc).

Sobre a mesma matéria, suscitou ainda dúvidas sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 907/XIV/2.ª (BE) - [Aprova a orgânica da Agência Portuguesa para a Migração e o Asilo, I. P.](#) (que baixara, também sem votação, por 60 dias, para nova apreciação na generalidade na Comissão em 09.07), especificamente sobre a possibilidade de a Assembleia da República poder decidir sobre a criação de órgãos da Administração e cometer aos Ministros tutelas e responsabilidades. Apelou, por isso, a um entendimento dos proponentes

- Deu nota do convite do Conselho Português para os Refugiados (CPR) à CACDLG, por ocasião do seu 30.º aniversário, para visitar os centros de acolhimento durante o mês de setembro ou de outubro [recebido a 14.09.2021], tendo sido deliberado remeter à Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação o convite, solicitando que as

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

datas das visitas que venham a ser agendadas sejam oportunamente comunicadas à CACDLG para que os Deputados, querendo, se possam associar;

- Deu também conta da realização da [9.ª reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da EUROPOL](#), nos próximos dias 25 e 26 de outubro, sendo a delegação da AR constituída pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS), que chefiará a delegação, pela Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) – indicados pela 1.ª Comissão – e pelos Senhores Deputados Sérgio Marques (PSD) e Bruno Dias (PCP) – indicados pela Comissão de Assuntos Europeus

- Transmitiu a calendarização acertada para as audições regimentais para a 3.ª sessão legislativa:

AUDIÇÕES DOS MINISTROS NA 1.ª COMISSÃO (CACDLG) XIV Legislatura / 3.ª Sessão Legislativa (2021/2022) (N.º 5 do artigo 104.º do Regimento da AR)		
COMISSÃO	MINISTRO	PROPOSTA DE DATAS CACDLG
1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	Ministra de Estado e da Presidência	- OE 2022 - 19 de janeiro de 2022 (4.ª-feira) - 27 de abril de 2022 (4.ª-feira) - 6 de julho de 2022 (4.ª-feira)
	Ministro da Administração Interna	- OE 2022 - 15 de fevereiro de 2022 (3.ª-feira) - 5 de abril de 2022 (3.ª-feira) - 31 maio de 2022 (3.ª-feira)
	Ministra da Justiça	- OE 2022 - 8 de fevereiro de 2022 (3.ª-feira) - 12 de abril de 2022 (3.ª-feira) - 14 de junho de 2022 (3.ª-feira)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

- Relativamente ao relatório de atividades da 2.ª sessão legislativa, recordou que o projeto fora enviado, aguardando eventuais propostas de alteração, ficando reagendado para apreciação e votação previamente à apreciação e aprovação do plano de atividades para a 3.ª sessão legislativa;

- Por fim, o Senhor Presidente fez o ponto da situação das respostas dos municípios ao pedido de descrição dos procedimentos seguidos em matéria de tramitação da informação referente ao aviso de realização de manifestações, o qual ficaria para consideração e ponderação de iniciativas por parte dos Senhores Deputados, encerrando-se a intervenção da Mesa da Comissão.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny, Membro Nacional na Eurojust, para apresentação do relatório anual de atividades do Gabinete de Portugal na Eurojust relativo ao ano de 2020 [por videoconferência].

O Senhor Presidente cumprimentou o Dr. António Cluny, explicou a metodologia da audição e passou-lhe a palavra para a sua intervenção inicial.

Após a apresentação do referido relatório, usaram da palavra as Senhoras e Senhores Deputados José Magalhães (PS), Emília Cerqueira (PSD), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), tendo o Dr. António Cluny respondido no final às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. António Cluny, bem como os esclarecimentos prestados, e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu maior desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 3/XIV/ 3.ªSL

Palácio de São Bento, 29 de setembro de 2021

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)